

O DISCURSO DO RIO AMAZONAS

Área Temática: 7. Capitalismo e Espaço

a) Seções Ordinárias

Delaíde Silva Passos (UNICAMP)

dedehpassos@gmail.com¹

Resumo:

No dia 10 de outubro de 1940, o então presidente brasileiro Getúlio Vargas pronunciou o “Discurso do Rio Amazonas” em Manaus, constituindo um marco no debate sobre o desenvolvimento capitalista e a Amazônia brasileira, posto que esta foi a primeira declaração do governo federal a respeito do atraso, do isolamento e da baixa densidade demográfica daquela região do país. Nesta proposta de artigo, temos o objetivo de trazer uma discussão crítica sobre o conceito *desenvolvimento capitalista* na periferia para o contexto político nacional que permeia o início da colonização da Amazônia brasileira durante a Era Vargas (1930-1945). Juntamente com a apresentação dos condicionantes gerais, procuramos investigar de que forma tal contexto foi influenciado pelo cenário internacional do período – a Guerra Fria, caracterizada por um conflito bélico, cuja corrida armamentista estimulava o controle de regiões ricas em minérios e outros recursos naturais estratégicos. Além dos condicionantes gerais da Era Vargas, concentraremos em específico no marco regulatório que influenciou mais diretamente o setor mineral, como as Constituições de 1934 e 1937 e os Códigos de Minas de 1934 e 1940. Pretendemos defender a ideia de que o novo marco regulatório inaugurado por Getúlio Vargas catalisou um processo que contribuiu para que o capital internacional e um pequeno grupo privilegiado interno tivesse acesso a recursos altamente estratégicos para as transformações capitalistas do momento. Em outras palavras, acreditamos que tal programa tinha o objetivo de incorporar a Amazônia ao capitalismo brasileiro e mundial, de modo que esta cumprisse a função de fornecedora de matérias-primas e recursos estratégicos, estabelecendo-se como uma das últimas fronteiras para a valorização do capital. A percepção crítica do tempo histórico e dos agentes envolvidos nos fará compreender melhor um projeto tido para muitos como um marco no desenvolvimento e na integração regional brasileira.

Palavras-chaves: Amazônia, Colonização, Desenvolvimento Capitalista, Era Vargas, Guerra Fria.

¹ Doutoranda no programa de Desenvolvimento Econômico na área de concentração de História Econômica pelo Instituto de Economia da Universidade de Campinas (UNICAMP).

INTRODUÇÃO

Em 10 de outubro de 1940, o presidente Getúlio Vargas pronunciou o “Discurso do Rio Amazonas” em Manaus, constituindo um marco no debate sobre o desenvolvimento capitalista e a Amazônia brasileira, posto que esta foi a primeira declaração do governo federal a respeito do atraso, do isolamento e da baixa densidade demográfica daquela região do país. Até este momento, a Amazônia era vista de uma forma romântica, como um simples espaço pouco habitado, uma terra intocada. Contudo, após o presente pronunciamento as riquezas deste bioma passam a ser percebidas como fontes de exploração, isto é, instrumentos que poderiam contribuir para o desenvolvimento do capitalismo brasileiro. O presidente Getúlio Vargas procurou valorizar a Amazônia, tornando-a uma peça fundamental da sua agenda, conforme enaltecia suas riquezas como fontes do progresso nacional.

Neste artigo, temos o objetivo de investigar os principais desafios do projeto de desenvolvimento capitalista do governo Vargas (1930-1945), principalmente no que diz respeito à transformação da Amazônia em um instrumento para conquista deste fim. Temos como hipótese que tais desafios possam ser divididos em quatro categorias: 1- a necessidade de vencer a nossa condição de exportadores de produtos primários, produzindo e exportando mercadorias com maior valor agregado; 2- o avanço dos grandes trustes internacionais para a periferia, revelando uma relação do capital internacional com o espaço econômico subdesenvolvido que impede a formação de um sistema econômico nacional; 3- as dificuldades em obter o financiamento necessário para os investimentos bases para o desenvolvimento das nossas forças produtivas; e 4- a falta de um nacionalismo consciente, homogêneo e integrado por parte das classes dominantes internas.

Para analisar essa questão, traremos para discussão a problemática do desenvolvimento capitalista na periferia dentro do contexto histórico que estamos nos propondo a estudar – o primeiro governo Vargas. Tendo como enfoque o período 1930-1945 e o marco regulatório do setor mineral que contemplou este espaço de tempo, pretendemos entender como as políticas públicas e a legislação brasileira da época inseriram a Amazônia na agenda do governo federal. Após a apresentação dos condicionantes gerais, procuramos investigar de que forma o contexto político nacional influenciou a ocupação desta nova fronteira do capital. Em seguida, estudaremos três autores, cujas obras combinam com este clima que envolve Amazônia e ocupação de novos espaços em prol do avanço do capitalismo brasileiro – Euclides da Cunha, Nelson Werneck Sodré e Mário Travassos. E por último, procuremos descrever o programa do presidente Vargas que buscava colonizar o Oeste e o Norte brasileiro, defendendo este como um instrumento que permitiria que os espaços ainda não alcançados pelo capital fossem incorporados ao projeto que visava industrializar a economia brasileira.

1. Condicionantes gerais da Era Vargas (1930-1945)

A Crise de 1929 e suas consequências para o Brasil são extremamente importantes para entender a Era Vargas (1930-1945) e o projeto de industrialização defendido naquele período. A queda do preço do café e a fuga de capitais desestabilizaram a economia brasileira, dando a oportunidade para o surgimento de uma nova ideologia com uma reconfiguração das relações de poder. Ou seja, tratava-se do estabelecimento de novos objetivos e da tentativa de subordinar as políticas macroeconômicas e os recursos estratégicos ao desenvolvimento das forças produtivas nacionais. Getúlio Vargas ateu-se à necessidade de explorar o país e de lidar com os problemas internos que impediam o avanço do capitalismo brasileiro (CORSI, 2012). As riquezas minerais da Amazônia estavam inseridas nesta nova forma de associação entre meios estratégicos e industrialização nacional, uma vez que foi pelo discurso de Vargas que a exploração mineral da região foi valorizada como instrumento fundamental para o progresso econômico do Brasil.

Nesse novo cenário político, o Estado passou a ter um papel mais ativo na economia, tomando medidas protecionistas que pudessem amenizar as vulnerabilidades internas ante a dinâmica da economia mundial. É importante ressaltar, porém, que no primeiro momento ainda não havia um projeto de industrialização com objetivos bem definidos, visto que as medidas tomadas até então eram respostas à situação conjuntural² (CORSI, 2007). A consolidação do Estado Novo em 1937 trouxe uma definição mais clara desse projeto, que, a partir daquele momento, era o fim, isto é, o objetivo central que concentrava os esforços do governo federal. Dado o atraso do capitalismo brasileiro, Vargas precisava encontrar os entraves que impediam o avanço das nossas forças produtivas, e esses desafios se relacionavam ao controle das nossas riquezas minerais, principalmente aquelas localizadas em regiões com baixa densidade demográfica e ínfima atenção do poder público, como a Amazônia brasileira.

Segundo Bastos (2012), a nova linha de orientação procurava suplantar a nossa condição de exportadores de produtos primários, assim como a valorização exageradamente nacionalista das riquezas naturais, visto que tais perspectivas travavam o avanço das forças produtivas, e por consequência, a conquista da soberania nacional e de melhores posições no comércio internacional. O governo também se preocupou em criar e remodelar instituições e

² “Apesar de Vargas ter inicialmente tentando implementar uma política de caráter ortodoxo no enfrentamento da crise, o agravamento da situação econômica do país obrigaria o governo a adotar medidas voltadas para a sustentação da atividade econômica. [...] A sustentação da atividade econômica associada à desvalorização da moeda e ao controle das operações cambiais, introduzido em 1931, contribuiu para a criação de condições favoráveis ao desenvolvimento industrial. No entanto, a política econômica adotada no período não visava intencionalmente fomentar a indústria, mas sim neutralizar os efeitos negativos da crise internacional” (CORSI, 2007, p. 250).

organismos de regulação, de promoção e fomento de setores estratégicos para a economia, como o Código de Minas de 1934, mesmo que estes entrassem em contradição com os interesses do capital estrangeiro no Brasil.

Ademais, é importante destacar que era um momento em que a histórica dependência brasileira se manifestou em consequência do avanço dos grandes trustes internacionais para a periferia. Estes, ao controlarem os mercados e os recursos das regiões atrasadas, distanciavam-nas do processo de formação de um sistema econômico nacional, colocar o que chamo de sistema econômico nacional³. Esse cenário foi outro condicionante fundamental para lapidar a nova postura do Estado, algo explícito nas cartas enviadas pelo então presidente a Oswaldo Aranha⁴. Segundo elas, a ameaça da cobiça internacional sobre as riquezas brasileiras apenas poderia ser enfrentada pelo fortalecimento da única instituição capaz de unir os instrumentos necessários para defender os interesses nacionais: o Estado. Sendo assim, o movimento das grandes potências em busca de recursos estratégicos, adicionado aos resultados das insustentáveis políticas ortodoxas adotadas no início dos anos 1930, foi fundamental para a nova postura político-econômica tomada a partir de 1937 (CORSI, 2007). Na carta a Aranha, Vargas (5 nov. 1939 apud CORSI, 2012, p. 288) escreve:

A situação atual do mundo, as ameaças do mundo de uma catástrofe próxima que pesam sobre os povos, o desrespeito às leis internacionais e aos tratados, não mais permitem a existência de países fracos, objeto da cobiça de povos fortes [...]. Só as nações fortes, econômica e militarmente, estão hoje, em condições de, provendo sua defesa, poder subsistir e viver com dignidade [...]. O Brasil precisa consistir-se, o mais rápido possível em grande potência [...]. Possui vários fatores determinantes para isso; falta-lhe, porém, o desenvolvimento industrial [...]. Impõe-se, então, organização da indústria pesada, para ficar em condições de, com outros povos, sentir-se confiante no seu progresso e segurança.

Contudo, para superar os obstáculos do subdesenvolvimento era preciso lidar com uma questão complexa, o financiamento, principalmente quando nos atemos às estruturas do nosso capitalismo dependente e à necessidade de incrementar a importação de máquinas e equipamentos em um contexto em que o Brasil possuía baixa capacidade para importar (CORSI, 2012)⁵. É importante salientar que a tentativa de priorizar os interesses nacionais por meio de medidas como a moratória da dívida externa, o monopólio do câmbio, a política externa independente e a

³Entendemos como a formação de um sistema econômico nacional um processo que coloca a nação como o principal sujeito das transformações capitalistas, visto que os ganhos desse processo devem beneficiar toda a sociedade (FURTADO, 1984).

⁴ Oswaldo Aranha foi Ministro das Relações Exteriores do governo de Getúlio Vargas entre março de 1938 e agosto de 1943. Neste posto, promoveu uma aproximação gradual com os Estados Unidos.

⁵ “Em 1938, Vargas afirmou: ‘Tem se afirmado, levianamente por certo, que o governo do Brasil impede, ou dificulta, a entrada das reservas financeiras que procuram, entre nós, aplicação remuneradora. Não é verdade. Aquilo que fazemos questão, e temos o direito de fazer, é que os capitais aqui invertidos não exerçam tutela sobre a vida nacional, respeitem as nossas leis sociais e não pretendam lucros exorbitantes, próprios das explorações coloniais ou semicoloniais. Preciso é reconhecer que o Brasil não se enquadra nessa classificação... Só nos pode interessar, sem dúvidas, a inversão de recursos financeiros. Queremos, porém, que se fixem e produzam... enriquecendo nossa economia’ (apud Corsi, F. op. cit. p. 85)” (CORSI, 2007, p. 255).

radicalização da postura nacional não significava que o Estado Novo era contra a participação do capital estrangeiro. Em seus discursos, o presidente deixava explícita a importância dessa forma de capital para a industrialização brasileira. Isto é, a busca pela autonomia não excluía a relação com o capital estrangeiro, uma vez que o governo federal tinha consciência do quão ambicioso era um projeto que procurava transformar o Brasil em um país urbano-industrial. Contudo, o que Vargas procurava enfatizar era que o capital estrangeiro deveria estar subordinado à agenda nacional que se construía, contribuindo com esta, na medida em que respeitasse as leis brasileiras (CORSI, 2007). Sobre o problema do financiamento, destacamos o discurso a seguir:

Para esses empreendimentos, é necessário mobilizarmos grandes capitais. Entretanto, não me parece que, sem maior exame, devemos continuar afirmando um exagero de expressão que resultou em lugar comum: a dependência do progresso brasileiro das inversões de capital estrangeiro e que sem ele, nada será possível fazer [...]. É sabido que, desde a guerra mundial, a imigração de capitais tem diminuído muito e, por outro lado, o processo de formação de capital nacional atingiu um grau adiantado de desenvolvimento. O simples exame dos subscritores e tomadores de ações nas sociedades anônimas, nas organizações bancárias, bem como o montante dos depósitos bancários nos institutos nacionais e estrangeiros revelam a predominância de inversões feitas por brasileiros e que as contas nacionais são bem mais vultosas [...]. Verifica-se que as próprias empresas estrangeiras [...] ou adquirem aqui a maior parte dos seus vastos capitais ou operam com boa parte de valores nacionais. Em muitos casos, os reduzidos capitais encontrados são inferiores aos dividendos exportados em um único exercício financeiro [...]. A grande tarefa no momento, no nosso país, é a mobilização de capitais nacionais (VARGAS, 1938-1947, v. 5, p. 165-166 apud CORSI, 2012, p. 236).

Outro aspecto importante para entender a política de desenvolvimento econômico defendida por Vargas é sua relação com as classes dominantes internas. Como dito anteriormente, a vida política brasileira sofreu profundos impactos com a Crise de 1929, o que fez com que a burguesia cafeeira perdesse o monopólio da tomada de decisões, principalmente após a ascensão de novos grupos ao poder depois da Revolução de 1930 (CORSI, 2007). Vale ressaltar, porém, que o Estado Novo não atendeu aos interesses de apenas uma fração da burguesia, agrária ou industrial, mas de ambas, pois, enquanto uma era reconhecida como o meio para conquistar a industrialização, a outra possuía o capital acumulado para investir neste projeto.

Sendo assim, a tentativa de impulsionar o capitalismo brasileiro no Estado Novo procurava não apenas superar os impasses provocados pelos estrangulamentos externos decorrentes da Crise de 1929. Tratava-se de uma escolha política que tinha consciência sobre os limites nacionais. Para Vargas, a busca por uma industrialização mais autônoma poderia estar associada ao capital estrangeiro, que era bem visto desde que não comprometesse a soberania nacional, respeitando as leis e os interesses do país. Ou seja, era possível industrializar, melhorar a inserção internacional, garantir a soberania brasileira e passar a ser um líder na América Latina a partir da associação com aquela forma de capital. Essa tentativa de subordinar a participação do capital

estrangeiro aos interesses nacionais fica clara quando analisamos o marco regulatório compreendido entre 1930 e 1945. Acreditamos que a legislação nacional foi um dos principais meios pelo qual o governo federal tentou concretizar um projeto que procurava fazer uso das potencialidades nacionais para atingir um fim específico: a industrialização brasileira.

1.1. A legislação para o setor mineral no governo Vargas

Os anos 1930 revelaram um momento da história do Brasil em que o governo deixou evidente que os setores básicos do país seriam protegidos contra os grandes trustes internacionais. Como vimos anteriormente, nesta época as riquezas minerais da Amazônia foram enaltecidas como meios para impulsionar a industrialização brasileira. Por isso, nesta subseção, analisaremos a legislação mineral do primeiro governo Vargas com o intuito de entender como que este marco regulatório impactou a colonização da região estudada, tendo enfoque principalmente sobre a relação com o capital internacional.

A partir da Constituição de 1934, a propriedade de terras com riquezas minerais foi desvinculada da propriedade do solo. Esse mesmo marco legislativo foi responsável pela nacionalização das minas, jazidas minerais e quedas-d'água, cujas funções na defesa econômica nacional deveriam ser reconhecidas (CAMPOS, 2009). Os artigos 118 e 119 da Constituição promulgada em 16 de julho de 1934 dão as principais diretrizes que contemplam a mineração, revelando medidas de cunho inovador e nacionalista:

Art. 118 - As minas e demais riquezas do subsolo, bem como as quedas-d'água, constituem propriedade distinta da do solo para o efeito de exploração ou aproveitamento industrial.

Art. 119 - O aproveitamento industrial das minas e das jazidas minerais, bem como das águas e da energia hidráulica, ainda que de propriedade privada, depende de autorização ou concessão federal, na forma da lei (BRASIL, 1934a).

Dentre os seis parágrafos do artigo 119, devemos destacar dois:

§ 1º - As autorizações ou concessões serão conferidas exclusivamente a brasileiros ou a empresas organizadas no Brasil, ressalvada ao proprietário preferência na exploração ou coparticipação nos lucros.

§ 4º - A lei regulará a nacionalização progressiva das minas, jazidas minerais e quedas-d'água ou outras fontes de energia hidráulica, julgadas básicas ou essenciais à defesa econômica ou militar do País (BRASIL, 1934a).

As empresas do setor mineral foram profundamente afetadas pelas determinações constitucionais. Isso porque, como bem apresentado no § 1º do artigo 119, o direito de exploração mineral estava reservado exclusivamente a “brasileiros ou companhias surgidas na interpretação” (ROSA, 1998, p. 22). Porém, tais termos constituintes davam margem para que empresas estrangeiras recebessem concessões, caso tivessem a autorização do governo federal e fossem organizadas no Brasil. O § 4º, por sua vez, reforça o viés mais nacionalista e o objetivo de fomentar

a industrialização, o que, de acordo com Rosa (1998), fez com que os investidores externos ficassem receosos.

A Constituição de 1934 trazia juridicamente o modo como o presidente Vargas via a relação entre industrialização e exploração mineral. Para completar essas diretrizes, em 10 de julho de 1934 foi promulgado o Código de Água e Minas pelo Decreto nº 24.642 (BRASIL, 1934b). A Constituição de 1934 e o novo código de mineração foram as principais medidas do governo provisório no que diz respeito à legislação e à intervenção do Estado na economia. Apesar de o Código de Minas não revelar grandes mudanças em relação à Constituição em termos gerais, ele trazia informações mais específicas e detalhadas sobre as normas de exploração e prospecção dos minérios nacionais, como as regras para a pesquisa (VALE, 2012).

Art. 13. O direito de pesquisar substâncias minerais no território nacional, seja em terras do domínio público, seja em terras do domínio particular, institui-se por autorização do Governo da União, salvo os casos previstos no Título VI e legalmente instituído impõe-se ao proprietário ou possuidor do prédio onde se haja de efetuar a pesquisa.

Art. 76. O Presidente da República poderá autorizar, por decreto, alterações, fusões ou incorporações de empresas de mineração, para fins de participação de capitais estrangeiros (BRASIL, 1934b).

Notamos que, apesar de não ter um plano de desenvolvimento bem definido até o Estado Novo, Vargas já tencionava possuir maior poder de negociação com o capital estrangeiro, o que juridicamente resultou no Código de Minas e na sua internalização com a Constituição de 1934. Nas palavras do presidente:

Completando, finalmente, o meu pensamento, no tocante à solução do magno problema, julgo oportuno insistir ainda em um ponto: a necessidade de ser nacionalizada a exploração de riquezas naturais do país, sobretudo a de ferro. Não sou exclusivista nem cometeria o erro de aconselhar o repúdio do capital estrangeiro a empregar-se no desenvolvimento da indústria brasileira, sob a forma de empréstimos, no arrendamento de serviços, concessões provisórias ou em outras múltiplas concessões equivalentes (VARGAS, 1938 apud ROSA, 1998, p. 16).

Por meio da legislação apresentada, o governo federal buscou ter mais controle das atividades de mineração do país. Com a Constituição de 1934 e o Código de Minas, o Estado passou a ser o agente mais importante nas decisões sobre a exploração de recursos minerais (VALE, 2012). Ademais, havia a preocupação em associar mineração com industrialização nacional, visto que, para o presidente Vargas, as jazidas e os minérios do país apenas iriam transformar-se em instrumentos para o desenvolvimento capitalista se a pesquisa e a exploração fossem realizadas exclusivamente por brasileiros e com a forte presença do Estado.

Com a consolidação do Estado Novo, em 10 de novembro de 1937, a intervenção do Estado na economia tornou-se ainda mais radical, conforme esta concedeu ao poder estatal funções

mais complexas e ativas, garantindo-lhe os meios para interferir na produção sempre que achasse necessário. Contudo, sobre a exploração mineral especificamente, a Constituição de 1937 revelou-se um marco, uma vez que os agentes estrangeiros já não podiam mais fazer parte do jogo. Isto é, o capital estrangeiro estava proibido de participar de atividades que envolvessem o aproveitamento de minas e jazidas brasileiras. A exploração de minérios só era permitida a brasileiros ou companhias formadas por acionistas do país, excetuando a parte da Constituição de 1934 que deixava uma brecha para a participação de empresas não brasileiras, mas organizadas internamente. Em 29 de janeiro 1940, por meio do Decreto-Lei nº 1.985 (BRASIL, 1940), foi promulgado o novo Código de Minas, cujo objetivo era adicionar as principais diretrizes nacionalistas da Constituição de 1937 ao setor da mineração (VALE, 2012). Sobre esse setor, a nova Carta Constituinte destaca:

Art. 143 - As minas e demais riquezas do subsolo, bem como as quedas-d'água constituem propriedade distinta da propriedade do solo para o efeito de exploração ou aproveitamento industrial. O aproveitamento industrial das minas e das jazidas minerais, das águas e da energia hidráulica, ainda que de propriedade privada, depende de autorização federal.
§ 1º - A autorização só poderá ser concedida a brasileiros, ou empresas constituídas por acionistas brasileiros, reservada ao proprietário preferência na exploração, ou participação nos lucros.
§ 3º - Satisfeitas as condições estabelecidas em lei entre elas a de possuírem os necessários serviços técnicos e administrativos, os Estados passarão a exercer dentro dos respectivos territórios, a atribuição constante deste artigo (BRASIL, 1937).

Mesmo que o presidente Getúlio Vargas levasse em conta a cooperação com o capital estrangeiro, a Constituição de 1937 enrijeceu as regras do jogo, protegendo os recursos minerais estratégicos para que servissem unicamente a um fim: o desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Pelos novos termos constituintes, o Estado intervinha cada vez mais nas decisões econômicas e estratégicas do país, na tentativa de relegar ao capital estrangeiro uma posição secundária, visto que sua participação devia estar subordinada aos interesses nacionais e ser controlada pelo governo federal.

Desse modo, o marco regulatório do primeiro governo Vargas (1930-1945) caracterizou-se por um conflito iminente entre poder estatal e capital estrangeiro. A Lei Malaia, por exemplo, concedia ao governo federal o direito de expropriar qualquer entidade privada que estivesse indo contra os interesses nacionais. A decretação de tal lei pressionou os setores associados aos grandes trustes internacionais, visto que o Estado procurava delimitar o campo de ação do capital estrangeiro (CAMPOS, 2009). Observamos que o marco regulatório apresentado revelou uma tentativa de fazer dos recursos minerais do país um meio para o desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Dessa maneira, expusemos diversos fatores do cenário nacional que contribuíram para que o discurso do presidente Getúlio Vargas chegasse à Amazônia, cuja

incorporação ao centro dinâmico do país foi uma das partes mais importantes da agenda nacional para o bioma.

2. O “Discurso do Rio Amazonas”

No “Discurso do Rio Amazonas”, proferido em 10 de outubro de 1940, Vargas apresentou a região amazônica como uma fronteira a ser conquistada em prol do avanço do capitalismo brasileiro. Logo em suas primeiras palavras, a grandeza territorial e as riquezas naturais da Amazônia foram enaltecidas como condicionantes que levariam à industrialização nacional e local. Porém, para que isso acontecesse, era preciso colonizar aquele espaço e fortalecer a presença do Estado, o que também exigia o uso da técnica para que todas as formas de vida existentes fossem controladas pelo homem. Em outras palavras, tratava-se de superar o atraso por meio da incorporação de técnicas mais modernas na exploração dos recursos do bioma (VARGAS, 1968).

Com os primeiros conhecimentos da Pátria maior, este vale maravilhoso aparece ao espírito jovem, simbolizando a grandeza territorial, a feracidade inigualável, os fenômenos peculiares à vida primitiva e à luta pela existência em toda a sua pitoresca e perigosa extensão. [...]

Conquistar a terra, dominar a água, sujeitar a floresta, foram as nossas tarefas. [...] Necessitais adensar o povoamento, acrescentar o rendimento das culturas, aparelhar os transportes.

Apenas – é necessário dizê-lo corajosamente – tudo quanto se tem feito, seja agricultura ou indústria extrativa, constitui realizações empíricas e precisa transformar-se em exploração racional. [...] Com elementos de tamanha valia, não mais perdidos na floresta mas concentrados e metodicamente localizados, será possível, por certo retornar a cruzada desbravadora e vencer, pouco a pouco, o grande inimigo do progresso amazonense, que é o espaço imenso e despovoado. [...]

O vosso ingresso definitivo no campo econômico da Nação, como fator de prosperidade e de energia criadora vai ser feito sem demora. [...] conquistar e dominar os vales das grandes correntes equatoriais, transformando a sua força cega e sua fertilidade extraordinária em energia disciplinada (VARGAS, 1968, p. 9-11).

Após ressaltarmos a importância dos recursos minerais no marco regulatório do Brasil dos anos 1930, precisamos identificar como a Amazônia se encaixou na busca pelo avanço das forças produtivas, atentando-nos às correntes teóricas que participaram desse debate e às políticas específicas desencadeadas a partir disso. É possível identificar no discurso acima um primeiro sinal dado pelo presidente aos líderes da região no que dizia respeito à forma como o bioma estava inserido na agenda nacional. Segundo o próprio Vargas, havia chegado a hora de superar o atraso por meio da racionalidade, da técnica e da migração da mão de obra nordestina (PAZ, 2014b). Ou seja, na estratégia de colonização da Amazônia, o poder estatal deveria lidar com os obstáculos e com as potencialidades da região, incentivando homens de “negócios” que pudessem contribuir com a incorporação daquele espaço ao centro dinâmico do país. Porém, para que isso ocorresse, era

preciso conhecer o bioma e suas peculiaridades, o que exigia a contribuição de aventureiros, pesquisadores, políticos e militares que já haviam realizado os primeiros esforços de entender as especificidades do Norte brasileiro.

2.1. Marco teórico: Euclides da Cunha, Nelson Sodré e Mário Travassos

Quando Getúlio Vargas incorporou a Amazônia ao seu projeto de industrialização, poucos haviam se aventurado na região, de modo que pudessem transmitir um conhecimento sobre as particularidades do bioma. Não havia muitos estudos e pesquisas para ajudar na elaboração de uma política que impusesse técnicas de produção mais modernas naquele território. Os militares eram os que mais tinham experiências nas terras amazônicas, e seus trabalhos serviram de inspiração para o presidente. Outro pioneiro no assunto foi o jornalista e professor Euclides da Cunha, cujos livros e artigos se baseavam em pesquisas de campo que, narradas ao leitor, apresentavam as principais características daquele espaço. A partir disso, para expor o marco teórico que contribuiu para um melhor entendimento da Amazônia, enfatizando seus desafios e peculiaridades, selecionamos três autores cujos trabalhos foram precursores no assunto: o já citado Euclides da Cunha e dois militares, Nelson Werneck Sodré e Mário Travassos.

Em *Contrastes e confrontos* (2000), Euclides da Cunha narra suas experiências na desconhecida Amazônia, que, a seu ver, se apresentava como um espaço vazio, com problemas de integração e de seleção natural. De acordo com Cunha, a floresta, os rios e o clima eram os grandes desafios do homem que tentava sobreviver às doenças e aos perigos da fauna. É justamente essa visão sobre a realidade amazônica que fez tal autor ser um dos primeiros a defender o estabelecimento de políticas públicas emergenciais no bioma estudado. Nas palavras de Euclides da Cunha (2000, p. 163):

As novas circumscrições do alto Purús, do alto Juruá e do Acre devem reflectir a ação persistente do governo em um trabalho de incorporação que, na ordem pratica, exige desde já a facilidade das communicações e a alliança de idéas, de prompto transmittidas e traçadas na innervação vibrante dos télégraphos.

Sem este objectivo firme e permanente, aquella Amazonia onde se opéra agora uma selecção natural de energias e deante da qual o espirito Humboldt foi empolgado pela visão de um deslumbrante palco, onde mais cêdo ou mais tarde se ha de concentrar a civilização do globo, a Amazonia, mais cêdo ou mais tarde, se destacará do Brazil, naturalmente e irresistivelmente, como se despega um mundo de uma nebulosa – pela expansão centrífuga do próprio movimento.

No trecho destacado, Cunha chama atenção para a necessidade de criar uma rede de comunicação, integrando os diferentes espaços, principalmente quando notamos a presença de estrangeiros muito bem instalados no território. O autor chama atenção para o fato de que, sem a

presença do Estado, a Amazônia e suas riquezas corriam o risco de sair do controle do governo federal. A associação entre os trabalhos de Euclides da Cunha e os discursos do presidente Vargas está justamente neste reconhecimento sobre a necessidade da presença do Estado naquelas regiões pouco habitadas e distantes do centro dinâmico do país. Observamos, dessa maneira, uma relação entre identidade nacional e identidade territorial, ou seja, era preciso conhecer o Brasil para que o Estado nacional fosse fortalecido. Sem a incorporação das diferentes regiões, a dimensão territorial seria um dos grandes obstáculos para a industrialização brasileira, e, de acordo com Maura Leal da Silva (2007), era essa a principal preocupação do governo, o que fazia do conhecimento empírico de Euclides da Cunha um instrumento fundamental para esse período. As palavras do próprio presidente evidenciam essa ideia:

As nações novas, formadas pela expansão colonizadora, apresentam, entre os fenômenos específicos de seu crescimento, a mobilidade de fronteiras. Não coincidem, nos primórdios da formação, as linhas de demarcação política e a extensão da apropriação econômica [...] o Brasil é, na atualidade, um dos países em que se registra o fato [...] todo o país sofre uma fragmentação nítida em que as etapas do desenvolvimento econômico são assinaladas de modo evidente. Uma faixa é agente e sujeito da economia nacional; a outra é, apenas, objeto, servindo como mercado de consumo de manufaturas, em troca de matérias primas ou produtos extrativos. Naturalmente, a consequência mais imediata do fato é que uma parte dos brasileiros vive em condições de vida peculiares à fase colonial, e outra mostra uma evolução econômica acelerada (VARGAS, v. V, p. 163 apud SILVA, 2007, p. 44-45).

Assim como Cunha (2000), Vargas identificou a necessidade de lidar com dois “brasis”: o primeiro, povoado e moderno; o segundo, inabitado e atrasado. Nosso país, na visão de ambos, era composto naquela época por um mosaico de regiões em diferentes estágios de desenvolvimento econômico, algo que seria fruto da própria expansão do capitalismo brasileiro a partir do processo de colonização. O desafio era lidar com as diversidades de todos os espaços, atendo-se para suas peculiaridades e possíveis funções no desenvolvimento econômico, uma vez que somente assim seria possível levar adiante o projeto de integração nacional.

Os estudos de Nelson Werneck Sodré (1941), por sua vez, focam no processo de formação territorial, trazendo propostas para a modernização das áreas distantes, a partir de uma perspectiva da geografia. O autor identificou os estados mais ricos do país, São Paulo e Rio de Janeiro, como a locomotiva do desenvolvimento capitalista brasileiro, aqueles com condições de levar a industrialização e a urbanização aos territórios distantes e isolados. Essa perspectiva é fundamental para o nosso estudo, na medida em que ela concede uma divisão funcional das regiões brasileiras. Nessa divisão, o Sudeste, local de concentração e centralização do capital, era a máquina que dava movimento ao projeto de industrialização e a região escolhida para receber a indústria de aço barganhada por meio dos Acordos de Washington; o Nordeste, de outro lado, com sua reserva de mão de obra, exportava trabalhadores dispostos a explorar as potencialidades brasileiras; e, por

fim, a Amazônia, com sua biodiversidade e riqueza mineral, era o “mapa da mina”, a fornecedora de matérias-primas e *commodities* (PAZ, 2014a).

Segundo Sodré (1941), a busca pela unidade territorial revelava um verdadeiro projeto de colonização das terras afastadas, e a solução para esse problema era a migração de sertanejos sofrendores da seca nordestina. Quando voltamos aos discursos de Getúlio Vargas, percebemos que essa divisão fazia parte da sua agenda, visto que, enquanto na Amazônia, o presidente proferia:

Nada nos deterá nesta arrancada, que é, no século XX, a mais alta tarefa do homem civilizado: conquistar e dominar os vales das grandes torrentes equatoriais, transformando sua força cega e sua fertilidade extraordinária em energia disciplinada. A Amazônia, sob o impulso fecundo da nossa vontade e do nosso trabalho, deixará de ser, afinal, um simples capítulo da história da Terra, e, equiparado aos outros grandes rios, tornar-se-á um capítulo da história da civilização (VARGAS, 1938-1947, v. X apud SECRETO, 2007, p. 120).

No Nordeste, ele dizia:

Venho da região amazônica, do extremo norte do país. Enquanto percorria o prodigioso vale, a cada momento, lembrava-me de vós (VARGAS, 1938-1947, v. X apud SECRETO, 2007, p. 120-121).

Sobre a Amazônia, Sodré enfatiza que essa divisão funcional das regiões sucederia apenas se o bioma vencesse o isolamento, caracterizado pelas poucas formações urbanas e pela própria configuração amazônica, com seus rios e matas que dificultavam a ligação dos diferentes espaços e a criação de uma rede de comunicação. Segundo o discurso oficial, tal isolamento era um dos principais fatores que impediam o domínio do homem sobre a natureza, uma vez que sua relação com a terra era incapaz de torná-la um meio para a satisfação de suas necessidades. O fato é que sem se ater a esses obstáculos, o Estado nunca iria conseguir incorporar a Amazônia ao seu plano de colonização. Nas palavras de Sodré (1941, p. 122):

Só a via férrea viria a quebrar essa aceleração pouco sensível, imprimindo-lhe um novo impulso, com um progressivo adensamento da população, e a articulação desse mercado com a zona pastoril do Oeste, compensada pela simultânea articulação com um parque industrial destinado a permanecer como principal fornecedor das necessidades acrescentaria um novo fator, de capital importância, ao desdobramento civilizador do Oeste pastoril [...]. Pelas peculiaridades a que ficou subordinada, dependendo mais da atração do Amazonas do que da que provinha do sul e do centro-sul, tal região se alterou sensivelmente, não viu o aparecimento de centros urbanos, que tivessem uma continuidade apreciável, que tivessem vida, função própria. A faixa ligada à bacia amazônica permanece à espera do momento em que venha a exercer uma função de importância.

As conclusões do governo que embasaram as políticas de avanço ao interior traçaram o destino de milhares de nordestinos, que deviam fugir da seca e cumprir sua função no desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Na obra *Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril* (1941), Nelson Werneck Sodré enfatiza que, para a Amazônia cumprir sua função, era preciso passar a vê-la como um campo de possibilidades para o capitalismo nacional. E mais ainda,

era necessário olhar para o mosaico de sertões que constituíam o Brasil, homogeneizando e incorporando aquelas regiões mais desenvolvidas política e economicamente. A principal contribuição de Sodré foi chamar a atenção para a necessidade de vencer o isolamento, integrando o país por meio da criação de um sistema ferroviário, que permitiria que todas as regiões cumprissem as funções indicadas.

Mário Travassos também foi um dos principais arcabouços teóricos que influenciou o pensamento estratégico militar nos anos 1930, sendo esta a principal razão para entender as contribuições desse autor. Travassos, em seus trabalhos, constata dois grandes antagonismos geográficos no Brasil: Atlântico *versus* Pacífico e Amazonas *versus* Prata, sendo este último o que nos interessa. A apresentação desses antagonismos pretende apontar para a necessidade de ligar as regiões distantes do centro dinâmico do país por meio da construção de redes de transporte, mais precisamente por ferrovias (MELLO, 1997).

Para esse autor, a criação de ferrovias resolveria uma parte dos obstáculos que impedia a Amazônia de cumprir sua função no desenvolvimento do capitalismo brasileiro, visto a dificuldade de adentrar os rios e a mata do bioma. A ferrovia, além de facilitar a conquista da floresta, também permitiria a ligação desse território ao Sudeste, de modo que suas matérias-primas e *commodities* chegassem com mais segurança à região que deveria dar movimento ao nosso capitalismo. Ou seja, por meio dessa medida, seria possível assegurar a exploração de recursos de um dos biomas que compõem o “coração sul-americano”, a Amazônia. Para Travassos, um sistema de transportes pluralizado, formado por ferrovias, rodovias, hidrovias e outros, seria a chave para assegurar o controle territorial desse país de grande extensão (MELLO, 1997).

Em consonância com o marco regulatório dos anos 1930, a visão de desenvolvimento esboçada pelos militares também estava relacionada à defesa dos recursos minerais. No entanto, precisamos enfatizar que diante do contexto de Guerra Fria, na visão militar, a projeção regional brasileira só seria possível mediante sua capacidade de alinhamento com os EUA. A formação de uma aliança preferencial com a grande potência ocidental surgiu como uma pré-condição para que o Brasil viesse a ser uma potência intermediária (MELLO, 1997). Essa proximidade, que levou à concretização dos Acordos de Washington, assegurou aos EUA o acesso às matérias-primas estratégicas brasileiras, ou seja, a riqueza amazônica foi comprometida, distando-a da sua função no projeto de desenvolvimento do capitalismo brasileiro (PAZ, 2014a).

Dessa maneira, observa-se que Euclides da Cunha, Nelson Werneck Sodré e Mário Travassos podem ser classificados como autores que estavam no centro do debate no momento em que o presidente Getúlio Vargas elaborava sua política de colonização da Amazônia brasileira. Estes apontaram aspectos fundamentais para o projeto do governo, na medida em que destacaram o atraso da região, a importância dos seus recursos para a industrialização do país, a posição

geoestratégica do bioma e a necessidade de incorporar esse espaço ao centro dinâmico por meio de ferrovias.

2.2. A problemática do desenvolvimento regional e o projeto Marcha para o Oeste

A problemática do desenvolvimento regional apresentada por Furtado (1972) para entender o atraso do Nordeste tem características similares com o estudo que busca analisar os desafios do subdesenvolvimento na região amazônica. Segundo Diniz (2009), a relação centro-periferia introduzida pela Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), e transferida por Furtado para discutir as desigualdades regionais entre Nordeste e Centro-Sul, também pode ser adaptada para observar a realidade da Amazônia brasileira. Isso porque ela não deveria ser examinada isoladamente, e sim passar a ser notada como uma área incorporada ao capitalismo mundial e àquele liderado pelo centro dinâmico do país. Ao avaliar a relação comercial do Norte com o Sudeste, é possível perceber um resultado análogo àquele apresentado por Celso Furtado ao observar essas mesmas relações entre Nordeste e Centro-Sul: a drenagem de uma parte da renda gerada na região mais atrasada para a mais moderna, e o bloqueio ao avanço das forças produtivas na primeira. Segundo Diniz (2009, p. 238), “esse duplo mecanismo de transferência de renda provocava um efeito sobre a economia nordestina semelhante ao efeito dos países centrais sobre a periferia, caracterizado no clássico diagnóstico da deterioração dos termos de intercâmbio da Cepal”.

Para Marques (2007), o desenvolvimento capitalista da Amazônia sempre esteve associado ao desenvolvimento da economia brasileira, porém, essa relação não ocorreu de forma homogênea, de modo que a segunda puxasse a primeira. Isso porque, enquanto o Sudeste assistia ao avanço do capitalismo, com a introdução do trabalho assalariado e o início da industrialização, a Amazônia aprofundava sua dependência, ficando cada vez mais vulnerável aos ciclos do capital internacional. Esse autor faz uma associação mais precisa entre a relação desse bioma com o Sudeste e aquela identificada entre o Brasil e a Europa no cenário do antigo sistema colonial: assim como o capitalismo brasileiro evoluiu para atender às necessidades da acumulação primitiva no centro (NOVAIS, 1995), a Amazônia cumpriu essa mesma função nos quadros da economia nacional. Em outras palavras, do mesmo modo que todo o sistema colonial encontrava-se subordinado ao capitalismo mundial, o avanço das forças produtivas na Hileia brasileira ocorria conforme o ritmo, a intensidade e os interesses da acumulação de capital no binômio Rio-São Paulo.

A partir desse debate, Marques (2007) apresenta a ideia de regionalismo, isto é, a manifestação de uma região atrasada diante de um processo de avanço do capitalismo nacional. Em

outras palavras, quer dizer o modo como um espaço reage à expansão das forças produtivas, chamando a atenção para as suas próprias particularidades, na medida em que são estas que trazem valor a este estudo. Sendo assim, trata-se de um “palco de reivindicações, e tanto ela (a região) quanto o regionalismo são apresentados de forma homogênea, como a ‘vontade regional’, como interesses de todos” (MARQUES, 2007, p. 65).

Dado que a desigualdade regional é um fator fundamental na identificação desse fenômeno, algumas instituições, como a Cepal, defendem que, para vencer esse atraso, é necessário ter planejamento a ação institucional, visto que somente assim seria possível lidar com o receio do capital em enfrentar os desafios de um território tão peculiar, como a Amazônia. Marques (2007) chama a atenção para o fato de que mesmo que essa abordagem tenha sentido, não podemos ignorar que tal solução depende muito de quem são os planejadores, uma vez que muitas vezes estes são de fora da região e, quando são de dentro, representam uma ínfima parcela da sociedade local.

O regionalismo é mais um dos casos particulares de lutas simbólicas onde os agentes envolvidos, quer individualmente ou em grupo, lutam por critérios de avaliação legítimos. Quando os agentes dominados na relação de força simbólica encontram-se na luta de forma isolada eles passam a aceitar a definição do dominante sobre sua identidade ou procuram assimilar a identidade do dominante a fim de esconder os traços que lembram o estigma. Porém, quando os dominados entram na luta de forma coletiva para a inversão das relações de força simbólica eles procuram impor novos princípios de divisão, num esforço pela autonomia. Esta última é entendida como poder de definição do mundo social em conformidade com seus próprios interesses (MARQUES, 2007, p. 66).

Nesse quadro, é possível identificar a política de colonização da Amazônia pronunciada durante o Estado Novo como um meio de tornar o norte do país um instrumento voltado a atender os interesses do centro dinâmico e de uma ínfima parcela da população local. A proposta do governo federal buscava lidar não somente com as preocupações estratégicas nacionais, mas também com a crise econômica que a região passava no início dos anos 1940, em virtude da queda da produção da borracha natural. Tal crise, associada à Guerra Fria e ao novo marco regulatório nacional, colocou no tabuleiro as peças locais, nacionais e internacionais que davam bases ao projeto Marcha para o Oeste, que materializou uma campanha de colonização das regiões com “vazios demográficos”, como a Amazônia brasileira. Através desse programa, o governo projetou a forma como os militares viam regiões como o norte do país, que deveria ser ocupado, conquistado, explorado e controlado por grupos internos liderados diretamente pelo governo federal (SECRETO, 2007).

Ricardo Cassiano, por meio da sua obra *Marcha para Oeste: a influência da “bandeira” na formação social e política do Brasil* (1970), foi o principal inspirador desse programa, uma vez que acreditava na recuperação das bandeiras como meio de conquista daquela região do país. Sua obra faz uma associação entre as bandeiras dos séculos XVII e XVIII, o avanço

pelo planalto paulista no século XIX e o programa Marcha para o Oeste. A principal contribuição de Cassiano para este programa está na sua elaboração do conceito “bandeirismo”, que reforça o domínio de terras pelos bandeirantes como uma característica intrínseca da formação do Brasil, algo que para o autor faz parte do nosso processo de civilização (SECRETO, 2007). Nas palavras do próprio autor:

Mas a bandeira, como toda revolução, teve grandes reflexos: estabeleceu o ritmo da civilização brasileira; traçou a silhueta verde-física do Brasil; originou uma mentalidade mais apropriada à realização do nosso destino, em sentido contrário à que só via o litoral. Portanto, os seus resultados estão presentes em nós. Como presente está ela própria quando hoje se repete o fenômeno em “horizonte cultural” diverso. Assim, no século XX o bandeirismo nos oferece dois aspectos: o primeiro, o da expansão geográfica [...] o segundo aspecto, o bandeirismo imposto pela grandeza conquistada (CASSIANO, 1970, p. 624-625).

Cassiano defendeu que, diante do desafio de conquistar o desenvolvimento capitalista e a soberania nacional, a recuperação das bandeiras deveria ter o presidente Vargas como líder do movimento, sendo essa uma das justificativas para a centralização do poder no governo federal. De acordo com Marques (2009), para o presidente, a criação dos territórios federais e a promoção do povoamento de áreas isoladas também beneficiaria o crescimento da produção agrícola e mineral, que, por sua vez, provocaria um transbordamento para a industrialização do país, sendo este o objetivo do Estado Novo.

Além disso, uma vez que o Brasil era constituído por um mosaico, em termos políticos, socioeconômicos e demográficos, o Estado Novo buscou recriar as bandeiras mediante inúmeras expedições pelo interior do país, com o intuito de incorporar áreas isoladas do centro dinâmico (ANDRADE, 2010). Conforme a Amazônia se tornou peça fundamental nos processos de decisão do governo central, visto suas riquezas naturais e minerais e sua posição geoestratégica, passou-se a enfatizar a necessidade de intervenções racionais e centralizadas com a finalidade de colonizar a região. Sendo assim, notamos a expressão de um importante elemento do desenvolvimentismo propagado pelo Estado Novo em uma região específica do país: o planejamento estrategicamente organizado, com os problemas, objetivos e medidas previamente definidos (D'ARAÚJO, 1992).

O empolgante movimento de reconstrução nacional consubstanciado no advento do regime de 10 de novembro não podia esquecer-vos, porque sois a terra do futuro, o vale da promessa na vida do Brasil de amanhã. O vosso ingresso definitivo no corpo econômico da nação, como fator de prosperidade e de energia criadora, vai ser feito sem demora. Vim para ver e observar, de perto, as condições de realização do plano de reerguimento da Amazônia. Todo o Brasil tem olhos voltados para o Norte, com o desejo patriótico de auxiliar o surto de seu desenvolvimento. E não somente os brasileiros: também estrangeiros, técnicos e homens de negócio virão colaborar nessa obra, aplicando-lhe a sua experiência e os seus capitais com o objetivo de aumentar o comércio e as indústrias e não como acontecia antes, visando formar latifúndios e absorver a posse de terra, que legitimamente pertence ao caboclo brasileiro (VARGAS, 1968, p. 228).

Observamos que o projeto do governo federal combinava centralização do poder e planejamento, principalmente no que diz respeito à formação de recursos humanos e à necessidade de lidar com os problemas de infraestrutura. Ou seja, tratava-se de vencer os obstáculos trazidos pelo subdesenvolvimento em um país que contemplava conjuntamente regiões mais desenvolvidas, como São Paulo e o Distrito Federal, e outras atrasadas, como a Amazônia – “uma região geologicamente definida, à espera da técnica, a fim de que se possa transformar em imenso celeiro” (FGV, 1955).

Como dito anteriormente, a preocupação do Estado Novo em levar o progresso para as regiões mais afastadas do centro fez parte de um projeto de desenvolvimento capitalista, que, naquele momento, foi o principal direcionador político e socioeconômico do governo. Porém, tal programa estava muito mais ligado ao discurso do que à prática, visto a dificuldade de centralizar recursos para essa finalidade. Ainda assim, o programa Marcha para o Oeste teve uma forte expressão simbólica, na medida em que trouxe a Amazônia para debate (ANDRADE, 2010). Por último, vale ressaltar que, mesmo defendendo um projeto pautado nos interesses nacionais, Vargas (1954, p. 10 apud MARQUES, 2009, p. 58) sempre deixou clara a necessidade de “contribuição” do capital estrangeiro tanto para o país quanto para a Amazônia.

Em suma, a participação da Amazônia na defesa da industrialização naquele momento tinha duas vertentes: 1) a colonização, com a Marcha para o Oeste, que se configurava como um suporte ideológico, dando a migração como alternativa ao vazio populacional; 2) a política econômica, que evidenciava a associação do capital estrangeiro com os interesses nacionais como meio para alcançar o progresso econômico da nação.

Para o presidente Vargas, apesar de a beleza amazônica encantar a todos que a visitavam, era preciso dominá-la, no sentido de ligar esta região ao programa de industrialização liderado pelo Sudeste. Isto é, a Amazônia brasileira estava inserida em um projeto maior e, por isso, sua incorporação ao restante do país por meio de uma política de colonização era fundamental. Logo, o controle e a exploração das potencialidades regionais, tais como o manganês, a juta e o petróleo, eram vistos como o caminho a ser seguido. Em decorrência da propagação dessa perspectiva, o bioma começou a receber alguns discípulos do presidente Vargas. Estes deveriam investir em infraestrutura, buscando valorizar as riquezas regionais capazes de contribuir para o avanço das forças produtivas nacionais e locais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto de desenvolvimento capitalista do governo Vargas (1930-1945) ocorreu em um espaço econômico cujo avanço do capitalismo resultou no subdesenvolvimento, em uma relação fluida e instável com o capital internacional e em uma burguesia que não está comprometida com a formação de um sistema econômico nacional, mas com a sobrevivência do seu *status quo* e do próprio capitalismo dependente. Empiricamente, vimos esse cenário se apresentar na política de colonização do governo Vargas, mais especificamente no programa *Marcha para o Oeste*. Em outras palavras, acreditamos que tal programa tinha o objetivo de incorporar a Amazônia ao capitalismo brasileiro e mundial, de modo que esta cumprisse a função de fornecedora de matérias-primas e recursos estratégicos, estabelecendo-se como uma das últimas fronteiras para a valorização do capital.

Tentamos entender que ao contrário do que afirmaram os discursos políticos da época, a burguesia interna não procurava integrar as diferentes regiões do país, mas realizar uma política de colonização que permitisse a incorporação do norte brasileiro ao capitalismo mundial como um enclave, isto é, uma região cuja função é atender a valorização do capital em escala global a partir da drenagem de uma parte da renda para fora. Além disso, é importante destacar que se as políticas da época, como a *Marcha para o Oeste*, tivessem o interesse de integrar e realizar uma política de desenvolvimento, elas não teriam desconsiderado por completo os índios e as populações que viviam naquele local, expropriando-os violentamente de suas terras pelo fato de seus respectivos modos de produção não estarem de acordo com a lógica do lucro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Rômulo de Paula. *Conquistar a terra, dominar a água, sujeitar a floresta: Getúlio Vargas e a revista "Cultura Política" redescobrem a Amazônia (1940-1941)*. Bol. Mus. Belém, v. 5, n 2, p. 453-468, mai-ago 2010.
- BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro C. Dutra. "Desenvolvimento, economia e sociedade na Era Vargas". In: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro C. Dutra. *A Era Vargas: desenvolvimentismo, econômica e sociedade*. São Paulo: Editora Unesp, 2012.
- BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (1934)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1934.
- BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (1937)*. Rio de Janeiro, 1937. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: 15 de março de 2015.
- BRASIL. Constituição. "Decreto-lei nº 24.156, de 23 de abril de 1934". Crea a Escola de Aperfeiçoamento dos Correios e Telégrafos. In: *Constituição da República Federativa*. Rio de Janeiro, RJ: Câmara dos deputados, 1934b.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943. Cria os Territórios Federais do Amapá, Rio Branco, Guaporé, Ponta Porá, Iguazu. In: BRASIL. *Coleção de Leis do Brasil*. Rio de Janeiro, v. 5, col. 1, 1943a.
- BRASIL. Constituição. "Decreto-lei nº 1.985, de 29 de março de 1940". Decreta o Código de Minas de 1940. In: *Constituição da República Federativa*. Rio de Janeiro, RJ: Câmara dos deputados, 1940.
- CAMPOS, F. A. de. *A arte da conquista: o capital internacional no desenvolvimento capitalista brasileiro (1951-1992)*. Campinas, 2009. 227 f. (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, UNICAMP.
- CORSI, F. "O projeto de desenvolvimento de Vargas, a Missão Oswaldo Aranha e os rumos da economia brasileira". In: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro C. Dutra. "A Era Vargas: desenvolvimentismo, econômica e sociedade". São Paulo: Editora Unesp, 2012.
- CORSI, Francisco. *Política Externa e Desenvolvimento no Estado Novo*. Disponível em: <http://www.ufjf.br/locus/files/2010/02/141.pdf>. Acesso em: 05 de novembro de 2014. UFRJ, 2007.
- CUNHA, Euclides da. *Contrastes e confrontos*. Editora Virtual Books online M&M, Editora Ltda, 2000. Disponível em Virtualbooks.com.br.
- D'ARAUJO, Maria Celina. "Amazônia e desenvolvimento a luz das políticas governamentais: a experiência dos anos 50". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo. N. 19, ano 7, jun 1992.
- DINIZ, Clélio C. *Celso Furtado e o Desenvolvimento Regional*. Nova Economia, Belo Horizonte, maio-agosto de 2009.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS - FGV. (1955), *Curso de Planejamento Regional*. Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia. Rio de Janeiro, FGV.

FURTADO, Celso. *Análise do Modelo Brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S. A., 1972.

_____. *Cultura e desenvolvimento em época de crise*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

MARQUES, Gilberto. *Estado e desenvolvimento na Amazônia: a inclusão amazônica na reprodução capitalista brasileira*. 2007. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

MARQUES, I. C. R. *Território Federal e mineração de manganês: gênese do Estado do Amapá*. Rio de Janeiro, 2009. 286 f. (Tese de doutorado). CENTRO DE CIÊNCIAS MATEMÁTICAS E NATURAIS – CCMN. UFRJ.

MELLO, Leonel I. A. “A geopolítica do Brasil”. In: *A Geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata*. Manaus: Ed. Da Universidade do Amazonas, 1997.

NOVAIS, Fernando Antonio. *Portugal e Brasil na Crise Do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 6 ed. São Paulo: Hucitec, 1995. Introdução e Cap. 2. “Estrutura e dinâmica do Antigo Sistema Colonial”.

PAZ, A. *Os mineiros da floresta: modernização, sociabilidade e a formação do caboclo-operário no início da mineração industrial amazônica*. Belém: Paka-Tatu, 2014.

ROSA, L. B. R. de A. *Minério de ferro: políticas oficiais: planos empresariais*. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 1998.

SECRETO, V, M. “A ocupação dos ‘espaços vazios’ no governo Vargas: do ‘Discurso do rio Amazonas’ à saga dos soldados da borracha”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 40, julho-dezembro de 2007, p. 115-135.

SILVA, M. L. da. A (onto) gênese da nação nas margens do território nacional – o projeto janarista territorial para o Amapá (1944-1956). São Paulo, 2007. 179 f. (Dissertação de mestrado). PUC-SP.

SODRÉ, N. W. *Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril*. 1. ed. Rio de Janeiro: J.Olympio, 1941.

VALE. Vale – Nossa História. 2012. Disponível em: <<http://www.vale.com/PT/aboutvale/book-our-history/Paginas/default.aspx>> Acesso em: 14 de abril de 2015.

VARGAS, G. D. “A Nova Política do Brasil”. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1938 Apud SECRETO, V, M. *A ocupação dos ‘espaços vazios’ no governo Vargas: do ‘Discurso do rio Amazonas’ à saga dos soldados da borracha*. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 40, julho-dezembro de 2007, p. 115-135.

VARGAS, Getúlio. “Discurso do Amazonas”. In: BRASIL. *Valorização econômica da Amazônia: subsídios para seu planejamento*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa nacional, 1954.

VARGAS, Getúlio. *O Discurso do Rio Amazonas*. In: **Operação Amazonas (Discursos)**. Belém: SUDAM, 1968.